

Economista dos EUA diz que o Brasil exagera sobre a dívida

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — O que tem a ver a dívida externa com os graves problemas da economia brasileira? Em muitos discursos políticos e análises acadêmicas que o país está acostumado a escutar, a dívida sempre aparece como o principal vilão da economia nacional e leva a culpa pelos males que vão desde o não-crescimento econômico à inflação anual de quatro dígitos. O economista americano William Cline, do Instituto de Economia Internacional (centro independente de pesquisas, sediado em Washington) acha que isso é um exagero e assegura que o perfil da dívida brasileira está melhor do que no início da crise em 1982. Mostra ainda que em seis países devedores da América Latina, quanto maior o peso da dívida sobre a economia, menor a inflação.

"Seria uma ilusão pensar que a dívida externa é a principal causa da paralisação do crescimento. O Chile, por exemplo, está crescendo, apesar de uma dívida muito grande. A Venezuela e a Colômbia também tiveram maior crescimento, apesar de seus problemas com a dívida externa", disse Cline, autor de vários trabalhos sobre o Brasil e outros países endividados da região. Ele trabalhou no governo Carter, mas suas idéias sobre a crise da dívida têm se inclinado mais para o lado conservador do que as de outros acadêmicos americanos, convencidos de que a solução para o problema passa, obrigatoriamente, por medidas drásticas.

Acordo — Ao contrário de outros economistas respeitados, como Jeffrey Sachs (de Harvard) ou Rudiger Dornbusch (do MIT), Cline acha que o último acordo entre o Brasil e os bancos comerciais foi bom para o país. Também em oposição aos dois colegas, ele considera que a situação do Brasil e de outros países latino-americanos em relação à dívida externa está melhorando. Sua tese é apoiada, entre outros argumentos, numa estatística recentemente divulgada pela Cepal (Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina), mostrando que no caso brasileiro a relação entre os juros vencidos e as exportações voltou nos últimos dois anos aos níveis anteriores aos do início da crise.

"O peso da dívida externa é hoje para o Brasil menor do que em qualquer momento, desde que a crise começou, em 82", disse Cline. Naquele ano, os juros que o Brasil tinha a pagar eram equivalentes a 57,1% das exportações. Em 87, essa relação caiu para 33,1% e no ano passado ficou em 29,7%, abaixo, portanto, dos 34,1% de 1980 ou dos 40,4% de 1981, antes da crise. O economista observa no quadro da Cepal que a mesma evolução se verificou em outros países latino-americanos, como o México, Chi-

le, Venezuela e Colômbia, embora a situação ainda não tenha mudado muito para outros devedores da região, como a Argentina e o Uruguai.

Inflação — "Para mim, o problema maior do Brasil não é a dívida externa, mas a inflação interna", acrescenta Cline. Ele também discorda de quem pense que boa parte da alta inflação brasileira se deve ao impacto da dívida externa sobre a economia interna. "As principais causas da inflação no Brasil são o déficit público e a indexação, que perpetua a inflação em altos níveis. A solução era mesmo essa que o governo está tentando atualmente: atacar o déficit público e desindexar", disse o economista. Ele considera "muito pequeno" o impacto inflacionário de esquemas como a conversão de dívida por investimento de risco ou o *relending* (reempréstimo de recursos dos bancos credores depositados no Banco Central).

Para defender sua tese de que a dívida externa não leva os países a terem maior inflação, William Cline mostra um gráfico comparando os índices inflacionários médios dos últimos três anos com a relação das transferências de recursos para pagamento da dívida de seis devedores da América Latina. Numa ponta está o Brasil, como o país no qual a dívida é mais leve — as transferências para pagamento do serviço foram menos de 2% do PIB — e a inflação é mais pesada — pouco mais de 400% ao ano, na média de 1986-88. Na outra ponta está o Chile, onde a dívida é mais pesada — transferências ao exterior de pouco mais de 5% do PIB — e a inflação é mais leve — cerca de 20% ao ano, na média dos últimos três anos.

Além de denunciar o suposto exagero sobre os efeitos da crise da dívida sobre a economia brasileira, William Cline acusa os políticos brasileiros de terem transformado a tese da moratória num "alvo fácil". Ele não acredita, contudo,

que no atual governo possa haver uma nova moratória. "Seria totalmente contraditório com a política do ministro Mailson, pois ele mesmo vem dizendo que a de 87 foi ruim para o país", diz Cline. Pode haver atrasos, acrescenta, mas os credores acabarão entendendo.

Moratória — O pior cenário, em sua opinião, seria o de uma moratória decretada por um governo de esquerda, no caso de uma vitória nas eleições presidenciais de novembro. "Imagine que o Brizola ganhe e declare moratória. Isso levaria o Brasil, basicamente, para o modelo do Peru. Ou talvez para um modelo ainda mais agressivo. Haveria uma resposta à moratória parecida com a do caso peruano: ganhos a curto prazo, como aumentos reais dos salários, e crescimento da economia, seguidos de inevitável explosão inflacionária e erosão das exportações e importações, pois as linhas de crédito comerciais seriam logo cortadas", disse Cline.

Sobre as chances de uma solução política para o alívio da dívida, a previsão de Cline é a de que o governo Bush realmente criará algumas facilidades. "Mas não espero um amplo perdão obrigatório. As reduções da dívida devem ser voluntárias e do tipo dos *exit bonds* (bônus de saída, através dos quais os bancos vendem suas promissórias a preços menores que os do valor nominal. Talvez prosperem as idéias de alguma garantia do Banco Mundial ou de outros organismos internacionais, aos quais sejam dados recursos que serão repassados aos devedores para comprar seus títulos com desconto, no mercado secundário."

Finalmente, William Cline chama a atenção para o fato de que, segundo suas previsões, o eventual perdão da dívida não será muito amplo. Considerando a média de 50% de desconto no mercado secundário, ele diz que só um terço da dívida poderia ser adquirida por esse meio. No final, isso representaria uma redução real de apenas 17% no valor total da dívida.

